



# EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

Roberto Miscow Filho

## INTRODUÇÃO

**N**o momento em que este artigo começa a ser escrito, vivimos de acabar estágio no terceiro ciclo de extensão da Escola Superior de Guerra, em 1983, ciclo aquele que abordou o tema: "Dilemas Educacionais no Brasil de Hoje".

Para nós, o referido ciclo foi excelente oportunidade para conhecermos de perto o trabalho que se realiza na ESG, sua doutrina e seu método de estudo, além de verificarmos como aquele trabalho dá ocasião a aprazível convivência de pessoas das mais variadas categorias profissionais, militares e civis, homens e mulheres oriundos de todos os rincões deste País.

No que tange à doutrina da ESG, pudemos constatar que aquela Escola dá particular ênfase

à concepção democrática do Estado; especificamente, a doutrina da ESG *"considera o Estado sempre a serviço do homem, pois é irrecusável a anterioridade do homem em relação às instituições que engendra, não, obviamente, para oprimilo, mas para facilitar-lhe o caminho do aperfeiçoamento e da felicidade possível. Considera mais, que o homem não é um mero cliente passivo da máquina estatal, cabendo-lhe o direito e o dever de participar ativa e permanentemente das decisões sobre as atividades do Estado"* (excerto do opúsculo *Coletânea de Alguns Aspectos Doutrinários da ESG*, distribuído aos participantes do ciclo de estudos).

Sem dúvida alguma, foi reconfortante saber que a mais alta escola de assuntos político-sociais no Brasil mantém em sua doutrina

semelhantes conceitos, nitidamente democráticos.

Ora, como ocorre com qualquer doutrina, existe sempre um hiato entre o ideal proposto como objetivo pela doutrina e sua implementação real; em termos populares: há uma distância entre a teoria e a prática. O presente trabalho pretende realizar breve excursão em torno do tema das possíveis antinomias entre o conceito de democracia (ficando aqui subentendido que usaremos o conceito expresso na doutrina da ESG) e a sua realização prática. Mais precisamente, procuraremos observar até que ponto, entre pessoas comuns, adeptas e defensoras da democracia, semelhante conceito é integralmente compreendido.

No período anterior, o adjetivo "comuns" aplicado a pessoas não exclui aquelas possuidoras de níveis de instrução superiores ao da educação básica; significa, antes, pessoas que, em geral, não estão muito interessadas em fazer análise reflexiva de suas convicções políticas.

## APERFEIÇOAMENTO DO HOMEM

Se nos fosse perguntado qual o núcleo, a parte principal da doutrina (para nós verdadeira) da ESG sobre a concepção democrática do Estado, responderíamos que o núcleo está naquela afirmativa de que o Estado existe para o aperfeiçoamento do homem. Embora (e o leitor pode recapitular o trecho citado) a frase toda incluía "o aperfeiçoamento

e a felicidade possível do homem", preferimos ficar apenas com o "aperfeiçoamento" porquanto achamos que a segunda (a felicidade) deve ser conseqüência do primeiro (o aperfeiçoamento).

Esse nexos entre regime democrático e aperfeiçoamento do homem aparece de maneira incisiva no livro *The Paideia Proposal - An Educational Manifesto*, do educador norte-americano Dr. Mortimer J. Adler, livro esse citado por nós em artigo publicado em *A Defesa Nacional*, n.º 705, jan/fev 1983. Naquele pequeno grande livro, Adler manifesta sua opinião e a de muitos outros respeitáveis educadores norte-americanos quanto ao fato de que a própria sobrevivência do regime democrático dos Estados Unidos depende de uma reforma que vise a obter qualidade na educação, em particular na qualidade do ensino básico, porém sem esquecer os demais níveis de ensino da nação norte-americana.

Na mesma linha de pensamento de *The Paideia Proposal*, em abril de 1983, a Comissão Nacional para a Excelência em Educação, designada pelo Secretário de Educação do Governo Reagan, fez publicar um relatório, dirigido simultaneamente ao Secretário e ao povo norte-americano, relatório esse com o sugestivo e estimulante título: *Uma Nação em Risco: O Imperativo para a Reforma na Educação*.

É interessante notar que ambos os trabalhos acima citados não focalizam meramente reformas de currículos com finalidades mais ou menos pragmáticas. O livro de Adler, por exemplo, em certo tre-

cho diz as seguintes judiciosas palavras:

*"O corpo não continua a crescer depois dos primeiros dezoito ou vinte anos de vida. De fato, ele começa a declinar depois disso. Porém, o crescimento mental, moral e espiritual pode continuar e deve continuar a vida inteira."*

O relatório da NCEE (referido acima) diz semelhantemente:

*"Nossa preocupação vai além de assuntos tais como a indústria e o comércio. Ela também inclui as forças intelectuais, morais e espirituais de nosso povo, as quais tecem a própria trama de nossa sociedade."*

Em outro trecho de sua obra, diz Adler:

*"Os dois — sufrágio universal e escolaridade universal — estão inextricavelmente unidos. Um sem a outra é um perigoso embuste. O sufrágio sem escolaridade produz a oclocracia, não a democracia, não o regime da lei, não o governo constitucional pelo povo e para o povo."*

Por sua vez, o relatório da NCEE diz em outro trecho o seguinte:

*"Um alto nível de educação partilhada é essencial para uma sociedade livre, democrática e para a promoção de uma cultura comum, especialmente em um país que se orgulha do pluralismo e da liberdade individual."*

Neste ponto, é bem possível que um leitor "nacionalista" ache que estamos insistindo demais em nos referir aos Estados Unidos como exemplo de democracia. Gos-

taríamos, pois, de lembrar alguns fatos, por exemplo: a Revolução Americana, feita em 1776, é anterior à Revolução Francesa; Benjamin Franklin, um dos patriarcas da independência norte-americana, foi o primeiro embaixador das 13 colônias sublevadas junto à corte francesa de Luís XVI em 1778. Os Inconfidentes Mineiros buscaram o apoio e o beneplácito de Thomas Jefferson para o movimento que pretendiam no Brasil; a primeira bandeira imaginada por nossos líderes republicanos de 1889 era cópia idêntica da bandeira americana, exceto pela diferença das cores das listras... Ainda no século XIX, o francês Alexis de Tocqueville visita os Estados Unidos e escreve o livro, repleto de elogios, *La Democratie en Amérique*; nesse livro, aliás, com uma intuição profética, Tocqueville prevê a moderna ameaça do totalitarismo, incluindo o expansionismo soviético. Ao final da II Guerra Mundial, os "pracinhas" da FEB, em luta na Itália, puderam ler no *Stars and Stripes* (tablôide dos soldados americanos) algo como o seguinte: nós, brasileiros, lutávamos na Europa por uma coisa que não tínhamos em nosso próprio País: a democracia...

Os poucos exemplos acima apresentados tiveram em mira mostrar como o regime político americano tem exercido influência em países do antigo e do novo continente, razão pela qual não julgamos descabida a referência aos atuais problemas dos Estados Unidos quanto à própria sobrevivência do seu regime...

Voltando, porém, ao tema do aperfeiçoamento do homem, tema esse que nos parece nuclear na doutrina da ESG sobre a concepção democrática do Estado, achamos que o assunto merece maiores considerações.

Em que consiste o "aperfeiçoamento do homem"? Da resposta a essa pergunta poderão advir as mais variadas e desencontradas conseqüências práticas, mesmo admitindo, *a priori*, que os respondedores tenham, todos, razoável formação democrática. Seria ideal de perfeição o chamado "homem pletórico" do Renascimento, isto é, aquele capaz de discorrer sobre todas as ciências e ofícios da época, capaz de praticar todos os esportes e artes marciais do século; em resumo: um pequeno superhomem nas virtualidades humanas?

Tal ideal de perfeição, como é fácil de ver, coloca-se apenas no plano horizontal, ignora qualquer dimensão transcendente do homem e, por via das conseqüências, acaba fazendo vista grossa para exigências e compromissos éticos-religiosos (religiosos aqui *não* significa a mera prática exterior e rotineira de atos pelo menos supostamente piedosos, nem tão pouco significa a prática de atos filantrópicos correspondentes à cômoda expressão: "fazer caridade". . . ; significa, antes, uma opção de vida direcionada para o Absoluto).

Seria ideal de perfeição apenas um somatório de habilidades profissionais, um conjunto de atributos que, regidos por uma vontade poderosa, qualificam o chamado

"homem-bem-sucedido", o vitorioso segundo critérios simplesmente pragmáticos?

Ainda desta vez, continuaríamos o movimento apenas no plano dos líquidos em repouso. Abandonamos a ambiciosa pretensão do homem da Renascença limitando-nos, ao cultivo de uma única especialidade; contudo, não realizamos a decolagem essencial, principalmente se o "cultivo" for quase um "culto" da profissão, como se ela fosse um valor absoluto. . .

Além disso, admitindo como natural uma simplista divisão da sociedade entre vencidos e vencedores, não estaríamos eliminando o espaço para a abnegação, para o altruísmo, para a amizade cívica? Talvez valesse a pena lembrar o ensinamento de Aristóteles quando afirma ser a *Filia* o alimento e o estímulo do companheirismo humano na Cidade.

Seria ideal de perfeição a procura de uma vida simplesmente honesta, bem comportada, bem arumada, afirmando que é bom respeitar sempre o brocardo latino: "*in medio, virtus*", isto é, a virtude está no meio?

Convém, em resposta, lembrar, antes de mais nada, que o meio, no brocardo tantas vezes repetido, é na verdade o que se chama um meio elevado; é um meio difícil de se atingir, assim como a linha de crista de uma íngreme montanha, separando duas profundas e opostas ravinas. Não é um meio análogo à média aritmética; aliás, como poderia alguém ser 50% irresponsável temerário e 50% co-

varde? Ou 50% perdulário e 50% mesquinho?

Se o leitor reler as alternativas para o ideal de perfeição acima apresentadas, poderá notar que qualquer uma delas poderia se apresentar como perfeitamente válida para qualquer pessoa comum que se julgue suficientemente democrática. Repetimos o esclarecimento já feito: pessoa comum, neste contexto, *não* significa alguém desprovido de instrução ou com pouca instrução; significa, sim, pessoa que, por um motivo qualquer, não aprofundou uma análise crítica de suas afirmações políticas. Sobre esse ponto, recordamos o fato de que mesmo um profissional de nível superior, mesmo um cientista, pode fazer uma escolha política errada; lembramos a necessidade de distinguir o conhecimento científico do conhecimento do senso comum (às vezes o próprio cientista se esquece dessa distinção importante...). O senso comum, quando não está perturbado pela doença ou pela paixão, não precisa de complicados raciocínios cartesianos para saber se uma mulher é feia ou bonita, se um homem é invejoso ou de coração simples, se um candidato é movido pela ambição do poder ou levado pelo desejo de servir.

Um leitor de espírito "largo", "compreensivo", e que tenha lido até aqui, pode achar que os parágrafos anteriores são "radicais"; pode opinar dizendo que a democracia deve ser um regime de máxima tolerância, de máxima "flexibilidade" etc. A esse hipotético leitor, gostaríamos de lembrar que

o excesso de tolerância pode facilmente conduzir ao "democratismo", não à democracia!

Como ideal a ser procurado em regime verdadeiramente democrático, entendemos a possibilidade de cada pessoa, conscientizando-se de sua eminente dignidade própria e da eminente dignidade de seu trabalho, qualquer que ele seja, viver, interna e externamente, toda a dimensão dessa dignidade. Aí cabem três observações: a primeira liga-se ao verbo "conscientizar-se", o qual, dentro de uma sociedade democrática, é conjugado reflexivamente, conforme a boa e tradicional regra das gramáticas; a forma transitiva direta "conscientizar" foi divulgada pela propaganda socialista-marxista, para a qual não existe, de fato, a liberdade das pessoas.

Outra observação refere-se à dignidade do trabalho; dentro de uma concepção mais nobre e, portanto, mais democrática (conforme exposto na encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo II), qualquer trabalho honesto, manual ou intelectual, público ou privado, a limpeza da rua feita pelo garçom ou a pesquisa teórica feita pelo matemático — qualquer trabalho é digno e elevador da pessoa humana.

Em uma concepção "populista", só é "trabalhador" aquele que opera com as mãos, isto é, o operário de indústria, o lavrador etc. Por infelicidade, adotou-se como comemoração do dia do trabalho o 1º de maio, data estabelecida pela Segunda Internacional Socialista em 1889...

Nessa hora, o ensino básico, bem orientado, pode desempenhar seu principal papel, que é o formador do adolescente, ensinando o moço a respeitar o senso comum, eliminando desse adolescente qualquer tipo de preconceito contra as diversas possíveis formas de trabalho, manual ou intelectual, repetitivo ou criativo, nível superior ou nível médio. Como bem escreveu o Professor Gladstone Chaves de Melo, em artigo publicado na Revista *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio 259/out 1976):

*"O curso secundário, em boa pedagogia, se destina à formação de uma cultura geral básica e ao desenvolvimento harmônico das faculdades do adolescente. Na realidade brasileira, passou a ser mera passagem, mera ponte para o ensino superior."*

A terceira observação dirige-se à possibilidade de viver internamente a dignidade humana, antes de vivê-la exteriormente. Entendemos que o ideal de perfeição desejável não pode contentar-se com a chamada "moral-das-aparências", na qual predomina uma preocupação com o prestígio próprio fazendo sempre a típica pergunta: "o-que-vão-dizer-de-mim-os-outros?"

O homem-autêntico deve ser capaz de viver pacificamente entre pequenos e entre poderosos, entre pobres e ricos; deve ter um único procedimento exterior, baseado numa vida profunda, onde inteligência, vontade e sensibilidade, coexistindo em total equilíbrio, estejam voltadas para o Absoluto.

Em regimes totalitários, obviamente, todas as considerações anteriores são inócuas. Para tais regimes, "aperfeiçoado" é o cidadão mais dócil, mais conformado, mais passivo ante as exigências do Leviatã, do Estado onisciente e onipresente.

## O DEMOCRATISMO

É interessante observar que, mesmo entre pessoas de formação razoavelmente democrática, pessoas bem intencionadas e patrióticas, ocorre a sub-reptícia simplificação, a superficialidade ingênua do critério quantitativo. A coisa se processa de tal forma que, ao se colocar em discussão, por exemplo, medidas visando a proporcionar ensino básico de qualidade (frisamos bem: de *qualidade*) para todas as crianças dos 7 aos 15 anos de um país, encontra-se pronta oposição de pessoas democráticas sob a alegação de se tratar de um ideal utópico inexecutável em razão do *número*, da grande quantidade de crianças a serem beneficiadas!

Ora, é aí que está o busilis: se quisermos atingir o ideal democrático temos de admitir, no início da discussão, que é um ideal difícil; porém, e talvez por isso mesmo, deve ser procurado; não nos devemos curvar ante o critério do número.

Quando abrimos mão da qualidade em benefício do maior número, podemos estar preparando, a médio ou a longo prazo as palafitas do "democratismo", não a construção difícil, porém sólida, do regime democrático.

Demos um exemplo hipotético para melhor esclarecer nosso ponto de vista. Suponhamos um país "X", cujo sistema de telecomunicações, projetado segundo as melhores especificações da engenharia, cubra toda a superfície habitada, permitindo a todos os habitantes daquele país o recebimento dos mais diversos tipos de mensagens. Se por esse sistema trafega-se, diariamente, programas medíocres, marcados pelo mau gosto, pela violência, pela vulgaridade, pelo menosprezo dos valores técnicos ou até mesmo pela subversão velada, se houver tais "mensagens", poderá ocorrer, naquele país, a desintegração do homem e da família.

E mais, em conseqüência da perda de valores, perda essa decorrente da contínua mediocrização, propagada sem culpa da tecnologia, poderá ocorrer, por exemplo, que o povo do país "X" venha a escolher representantes cujo comportamento deixe muito a desejar quanto à competência e ao decoro tão necessários ao bom desempenho na vida pública...

Pode acontecer que uma análise pragmática, feita por espíritos latitudinários do hipotético país "X", afirme que o fato não deva trazer maiores preocupações e que certas concessões devam ser feitas no presente para corrigir no futuro as desordens conjunturais de hoje.

A esses espíritos "pragmáticos", retrucáramos que, em matéria de educação, o fazer concessões pode causar danos profundos e quase insanáveis.

Ocorre, nesses casos, fato semelhante ao já observado por nós, militares, em nossas costumeiras transferências por motivo de serviço:

— é muito fácil desmontar, desarrumar uma casa antes da viagem; porém é muitíssimo mais difícil e cansativo tornar a arrumá-la no destino. E quantas vezes prejuízos caríssimos advêm desses deslocamentos?...

Alguns parágrafos atrás, fizemos referência ao critério da quantidade usado por muitas pessoas como fator de decisão contra a idéia de se propiciar ensino básico de qualidade para *todas* as crianças dos 7 aos 15 anos. Poderia um leitor menos atento achar que, advogando qualidade no ensino para *todas* as crianças, talvez estivéssemos, também, valorizando a quantidade. É preciso esclarecer esse ponto.

Quando escrevemos *todas*, não pensamos em um aumento de porcentagem, em um crescimento de curvas estatísticas. Nosso modo de ver o problema inclui a crença de que *cada* criança, independente de sua condição social, independente da região geográfica onde vive, é um ser perfectível!

Faltando-nos melhores palavras, gostaríamos de citar a respeito do assunto as palavras de um grande escritor que também foi um grande herói na guerra, um homem que, apesar de ter ultrapassado a idade de servir, apresentou-se voluntário para lutar por sua pátria, vindo a morrer no cumprimento de missão de reconhecimento. Citemos, pois, que Antoine de

Saint-Exupéry escreveu no final de seu ensaio autobiográfico: *Terra dos Homens*:

*"O que me atormenta não é essa miséria na qual, afinal de contas, a gente se acomoda como no ócio. Gerações de orientais vivem na sujeira e gostam de viver assim.*

*O que me atormenta as sopas populares não remedeiam. O que me atormenta não são essas faces encovadas nem essas feiúras. É Mozart assassinado, um pouco, em cada um desses homens.*

*Só o Espírito, soprando sobre a argila, pode criar o homem."*

É claro, Saint-Exupéry não foi um acomodado, não foi um instalado na vida, um "homem-bem-comportado" para quem os julgamentos de valor costumam depender da quantidade de pessoas que agem dessa ou daquela forma. O grande piloto-escritor tinha, dentro de si, o verdadeiro espírito democrático, espírito esse que não julga os fatos e as instituições através da óptica míope do critério quantitativo. Para um democrata autêntico, o valor, por exemplo, de uma instituição não depende da quantidade de membros que ajam de acordo com os princípios dessa instituição.

Um espírito mais fraco, mais propenso ao comodismo, quase sempre raciocina assim:

*"A maior parte dos integrantes da instituição 'A' age em desacordo com os princípios dela; logo, eu não devo dar crédito à instituição 'A'."*

Desse modo, a tolerância com a própria mediocridade passa a se desculpar por meio da acusação

(muitas vezes justa...) aos erros cometidos pelos outros.

É claro que, se esses erros são cometidos por pessoas cuja posição exigiria comportamento exemplar, o drama interior de quem, desaprovando, observa é muito mais pungente; e talvez uma das maiores provas de caráter bem formado, caráter reto, seja a capacidade de desaprovar os erros dos homens ou das instituições sem deixar-se tomar pelo perigoso zelo de amargura (o zelo de amargura é aquela sombria e pessimista preocupação com a injustiça, sombria e pessimista a tal ponto que pode substituir uma situação injusta por outra muito pior; vide por exemplo: o regime de Terror após a Revolução Francesa, o regime comunista na Rússia, na China, em Cuba e demais países vermelhos; vide a irracionalidade dos terroristas de direita e de esquerda etc).

Uma educação básica sólida, generalista, formadora da personalidade integral, é a melhor maneira de se neutralizar a influência dos fatores emotivos e irracionais no julgamento de valores. É, pois, a melhor maneira de se formar o espírito democrático, é a melhor maneira de se impedir o democratismo.

Uma educação do tipo referido no parágrafo anterior deve ser capaz de desenvolver nos jovens a *sensibilidade* para valores estéticos, valores intelectuais e valores éticos. Deve ser uma preparação dos moços para que eles mesmos se previnam contra a cultura massificada, medíocre e frívola, *cultura* no estilo da apresentada nos

"festivais de *rock*; que os moços sozinhos possam perceber o absurdo existente no seguinte quadro: um meticuloso planejamento, uma plethora de engenharia, um vultoso investimento de dinheiro e mão-de-obra — tudo isso para montar um espetáculo onde predomina o mau gosto e a vulgaridade-ao-alcance-de-todos.

Quando se critica semelhante desperdício de trabalho e de recursos financeiros, sempre aparece alguém que retruca com frases deste jaez:

*"É popular; vai quem quer e pode pagar a entrada; não acontece nada de imoral; os jovens gostam daquilo mesmo"* etc.

E, assim, tenta-se justificar a mediocridade e a frivolidade sistemáticas, esquecendo-se de que elas conduzem ao democratismo, jamais à democracia; esquecendo-se de que a boa regra em educação *não* é aceitar passivamente o educando como ele é, porém, sim, tudo fazer para que ele seja, livremente, o que deve ser!

A dúvida que aqui deixamos à consideração do possível leitor é a seguinte: se os jovens forem incapazes de distinguir a enorme diferença de qualidade, os muitos graus de refinamento que separam o nível artístico de um melodioso prelúdio de Debussy, de um harmonioso concerto de Beethoven para piano e orquestra ou de uma elaborada sinfonia de Brahms, do nível bem inferior de um barulhento *rock* acompanhado de esgares pantomímicos — se os moços forem insensíveis àquele desnível artístico, estarão (pergunta-

mos) bem preparados para avaliar *corretamente* o que é a Democracia? (interrogação); estarão promovidos contra a insídia totalitária? (interrogação).

Neste ponto, convém lembrar que no livro de Tocqueville, citado parágrafos atrás, existe uma impressionante visão profética que *não* desejamos ver realizada: o escritor francês vislumbra uma grande multidão que se contenta apenas em ver satisfeitas suas necessidades primárias de alimentação, vestuário e moradia, que se contenta com a satisfação de pequenos prazeres permitidos pelo Estado, uma grande multidão sem ideais, sem coragem, sem altivez, passiva e achatada. Tal pode ocorrer como consequência de um insidioso processo de rebaixamento cultural, promovedor do mau gosto e da grosseria generalizados, processo que se apóia na propaganda fácil do rádio, da televisão e das revistas ilustradas...

Somos de opinião que tais questões devem interessar não somente ao analista independente como também a todos que, direta ou indiretamente, em funções públicas ou na iniciativa privada, possam influir na educação dos moços. É, de fato, um problema ligado à "defesa nacional", é um problema de todos nós!

As pessoas de espírito "largo, compreensivo" têm dificuldade para perceber o quanto a verdadeira democracia é exigente não só com respeito aos governantes como também, e principalmente talvez, com respeito aos governados.

Neste momento talvez seja conveniente reler o que escrevemos anteriormente sobre o aperfeiçoamento do homem. Para uma concepção "materialista" (como ocorre no pragmatismo, no socialismo ou no comunismo), o homem "aperfeiçoado" é aquele a quem suas necessidades básicas estão satisfeitas, o *resto* é supérfluo, é divagação, é irrelevante. Desse modo, aos adeptos dessa concepção, tudo o que dissermos sobre a diferença de nível artístico entre tipos de música não tem a menor importância para a realização plena de um regime democrático. . .

Esta é a provável razão pela qual, comumente, surge uma ênfase bem nítida, aparece um esforço maior dirigido à solução dos problemas econômicos e financeiros, ficando os magnos problemas da educação relegados a segundo plano ou pelo menos equacionados em bases meramente quantitativas, como se eles fossem unicamente originários da falta de verbas e da escassez de escolas, sem a devida atenção para a importância fundamental dos currículos, sem o devido carinho para o papel que o professor (ou a professora) desempenha, particularmente o mestre das escolas primárias e secundárias.

## CONCLUSÃO

Mesmo as doutrinas mais perfeitas no domínio das chamadas "ciências sociais" (e a Política é uma delas) deixam larga margem para as mais variadas e, às vezes, opostas aplicações. Para um adepto do cientificismo, aquela mar-

gem seria um argumento a mais para restringir o uso do adjetivo "exatas" às demais ciências.

Ora, as "ciências sociais" referem-se ao comportamento do homem, isto é, ao comportamento que se espera do homem e, por isso mesmo, a eficácia de tais conhecimentos fica humildemente na dependência de um dado essencial (ignorado pelos materialistas de todos os graus e matizes) e que é: a liberdade do homem!

Os princípios do regime democrático (corretamente definidos na doutrina da Escola Superior de Guerra) têm a mesma validade que as leis da física e da matemática. Pretendemos canhestramente mostrar, neste modesto trabalho, como, na aplicação prática daqueles princípios, os povos podem tomar caminhos diversos (isso sem falar no cinismo de países reconhecida-mente comunistas que se intitulam "democráticos" . . .).

O democratismo, desarmando, despreparando, mediocrizando os espíritos, pode tornar-se a porta aberta por onde poderão passar as promessas falaciosas das filosofias totalitárias, de direita ou de esquerda, essas sereias perversas e traiçoeiras que, no vendaval das crises, prometem dias futuros de bem-estar e fartura ao mesmo tempo que matam a Esperança no coração dos homens . . .

Aliás, com respeito à morte da Esperança, convém lembrar a omissa, deseducativa e demagógica pregação da chamada "Teologia (. . .) da Libertação" a qual, insistindo apenas na justiça social, acaba fazendo os fiéis esquecerem que

o primeiro dever da Justiça (com maiúscula, isto é, uma das quatro Virtudes Cardeais) é: conhecer, amar e servir ao Senhor, isto é, ao Deus pessoal, Uno e Trino. Uma pregação seria eficaz, trazendo maior progresso à justiça comutativa, à justiça punitiva, se desse ênfase à divulgação daquele primeiro dever da Justiça (com maiúscula!).

Dizemos que uma pregação unicamente "social" é *omissa* porque omite, sobretudo, o sentido profundo da Esperança escatológica, ponto nuclear da mensagem cristã. Dizemos que é *deseducativa* porque ensina meias-verdades; e ensinar meias verdades a almas simples, a pessoas de pouca instrução, é pior, *muitas vezes pior* que ensinar mentiras. E dizemos ainda que é *demagógica* porquanto, sob a capa de uma pretensa ocupação com a democracia, na realidade divulga um democratismo elaborado apenas para agradar a sensibilidades ressentidas e/ou mentalidades imaturas.

Ao contrário, a educação democrática é exigente, é difícil; requer de cada cidadão um compromisso consigo mesmo, compromisso de trabalho, inteligência e coragem moral e, sobretudo, um compromisso verdadeiro com valores éticos e transcendentais, valores que ultrapassam a mera existência satisfeita consigo mesma, tranqüila, acomodada no tempo e no espaço.

A educação, em uma genuína sociedade democrática, não pode fazer vista grossa para esses valores metaeconômicos, valores sem os quais não se pode falar em autêntico aperfeiçoamento do homem.

Em nossa opinião, talvez o maior drama do Ocidente (e dizemos do Ocidente porque, afinal, a idéia, o conceito de democracia é ocidental!) consista exatamente neste fato: perdidos no labirinto dos mais variados tipos de nacionalismo ou nas areias movediças do economismo pragmático, nós, ocidentais, ainda não reencontramos antigos e veneráveis valores, valores que tonaram possível não apenas o conceito de democracia, porém tornaram também possível a própria idéia de civilização, valores que permanecem ocultos pelos objetivos telúricos ou imediatistas da vida moderna. Em outras palavras: achamos que o Ocidente precisa redescobrir a correta hierarquia de valores que torna a economia subordinada à política, a política subordinada à ética e esta, por sua vez, subordinada a instâncias superiores, transcendentais, independentes do voluntarismo auto-suficiente de nós, homens.

É possível que um imaginário leitor julgue estranho o fato de ter sido o presente artigo (cujo tema é EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA) apresentado por um militar, isto é, por um profissional que deve estar mais ligado à ação e menos voltado a estudos especulativos. A esse hipotético leitor explicamos o seguinte:

— (1º) o tema EDUCAÇÃO não é estranho aos militares, nem nós, militares, somos infensos ao assunto; muito pelo contrário: direta ou indiretamente, o tema nos envolve. Haja vista a grande quantidade de cursos e escolas administrados pelas Forças Armadas, em geral, e

pelo Exército, em particular, cursos e escolas que vão desde o nível modesto do 1º grau até as aulas mais austeras da pós-graduação. Em vários desses cursos, civis e militares estudam lado a lado nas salas de aula;

— (2º) quando ingressamos na carreira militar, esse ingresso é marcado por um compromisso solene do qual faz parte a promessa de defendermos as instituições pátrias com o sacrifício da própria vida. Ora, ninguém que bem conheça nossa história poderá negar que a instituição democrática é ínsita à nacionalidade brasileira, razão pela qual achamos, também, que não deve ser considerado exdrúxulo o interesse de um militar pelo tema DEMOCRACIA.

Cabe neste ponto uma ressalva. Quando acima escrevemos "instituição democrática", não estávamos pensando em estruturas, em aspectos extrínsecos tão de agrado do juridicismo político. Neste ponto, aliás, concordamos com o velho Montesquieu quando dizia ser necessário antes procurar conhecer: "o espírito das Leis"! Um exemplo típico desse modo de ver é o do saudoso historiador e pensador mineiro João Camilo de Oliveira Torres ao referir-se ao Segundo Império como "a Democracia Coroada", querendo com esta expressão lembrar-nos que o essencial é mais importante que a roupagem exterior.

Reconhecemos, outrossim, o fato de ter sido adotado, em nosso desprezioso trabalho, um enfoque generalista, baseado em idéias e princípios. Acreditamos, cada

vez mais, não existir, paradoxalmente, nada mais prático do que uma filosofia, para o bem ou para o mal! Consciente ou inconscientemente, todos nós somos guiados por nossa filosofia de vida, mesmo aqueles que se julgam possuidores do espírito mais prático, mais voltado à ação. Aliás, o pragmatismo é uma filosofia, com fundadores (Charles Peirce e William James) e tudo mais; é, sem dúvida, de péssima qualidade, porém sempre filosofia . . . E, se quisermos um bom exemplo dos frutos amargos produzidos por uma tal filosofia, basta considerarmos o seguinte: o Leste europeu transformado em satélite do regime soviético, a humilhante retirada (ou derrota?) americana do Vietnã, a invasão russa do Afeganistão e a comunização de países independentes (. . .) na África. Tudo isso é consequência direta ou indireta da política adotada pelo Ocidente na guerra de 39-45, na qual se lutou pela Democracia porém utilizando-se acordos políticos *pragmáticos*, como se a Ética fosse estrangeira nos domínios da Democracia . . . Esqueceu-se de que (como escreve Soljenitsyne) "é necessário pensar também no que é nobre, honesto e honrado e não apenas no que é útil".

## BIBLIOGRAFIA

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — "Coleção de Alguns Aspectos Doutrinários da ESG" — (extraído do *Manual Básico*, 1983).

ADLER, Mortimer J. — *The Paideia Proposal — An Educational Manifesto* (Mac Millan Publishing Co., Inc, New York, 1982).

NATIONAL COMMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION — *A Nation At Risk: The Imperative for Educational Reform* (report to the Nation and the Secretary of Education — U.S.A. — 1983).

MARECHAL CASTELO BRANCO — *Seu Pensamento Militar* (1946-1964) — (organização, extrato, notas e ilustrações pelo Cel Francisco Ruas Santos; editado

pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — 1968).

CHAVES DE MELO, Gladstone — “A Decadência da Língua Culta e suas Causas”, in *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio (outubro de 1976).

CHEVALIER, Jean Jacques — *História do Pensamento Político* — 1.º Volume, Ed. Zahar (1982).



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME).